

CORREIO CENTRO-OESTE



Crítérios serão estabelecidos por portaria

Projeto do MPGO reduz pena por leitura em presídios

O Ministério Público de Goiás (MPGO) propôs o Projeto para Implementação da Remição por Leitura no Presídio Estadual de Anápolis. Desde 2023, o promotor de Justiça substituto Bruno Henrique da Silva Ferreira acompanha a equipe na construção do projeto. A proposta esmiuça estratégias para manter a ordem e a segurança, além de detalhar a necessidade de profissionais, para a implantação do projeto e das metas de leitura. Para abater quatro dias

de pena, por exemplo, seria necessário ter lido ao menos um livro. O documento também determina que profissionais da educação ficam responsáveis pela verificação das leituras. A iniciativa foi apresentada na quarta-feira (24), em uma reunião com a assessora jurídica da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Liana Vieira Alves Tormin, e o coordenador da Área Criminal do MP, Augusto Henrique Moreno Alves.

Fundo

Projeto de Lei 2152/23 da Câmara dos Deputados propõe incluir cidades de Minas Gerais na área de abrangência do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que oferece empréstimos subsidiados a empresas. Os recursos são direcionados a cooperativas de todos os estados da região.

Inovação

O governo de Mato Grosso, juntamente com o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal Regional Eleitoral e Assembleia Legislativa, assinou um termo de cooperação técnica para estabelecer a Rede de Inovação (InovaGovMT). A iniciativa visa modernizar a gestão.

Banco de leite

O Banco de Leite Humano Elaine Miriam de Oliveira, localizado em Anápolis, aproximadamente a 55 km da capital goiana, conta com 85 doadoras registradas. No entanto, neste momento, o estoque encontra-se em uma situação crítica, impactando a capacidade de suprir a demanda.

Digital

O governo de Mato Grosso do Sul concluiu a migração de processos administrativos físicos para o formato digital. Esse projeto, desenvolvido ao longo de 2023, representa um avanço na atual gestão, alinhando-se à visão de tornar o estado “Inclusivo, Próspero, Verde e Digital”.

Homens trans

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) realizará o 1º Mutirão de Alistamento Militar para Homens Trans e Pessoas Transmasculinas, em parceria com a Junta do Serviço Militar da Administração Regional do Plano Piloto. O evento, primeiro do tipo, ocorrerá próxima segunda-feira (29).

Defensores

O balanço do portal Migalhas revela que a Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT) está se aproximando do número ideal de defensores por habitantes, conforme estabelecido pelo Diagnóstico do Ministério da Justiça. O número ideal é um defensor para atender cada 15 mil pessoas.

Reivindicações

Uma assembleia geral, em 31 de janeiro, determinará os próximos passos da mobilização dos trabalhadores das equipes de assistência social do Distrito Federal. A categoria busca a reestruturação da carreira, desatualizada há uma década, e a realização de concurso público para contratação.

Bombeiros

A Assistência de Bombeiros Militar (ASBM) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) conduziu na manhã da sexta-feira (26) um treinamento especial de resgate aéreo e rapel para salvamento de vítimas. A atividade ocorreu no heliponto e no telhado do Palácio Maguito Vilela, na Assembleia.

Javalis

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) participou de uma reunião em Rio Verde com agentes de controle de javalis, promovida pelo Clube de Tiro e Caça Legendários. O evento envolveu 82 controladores e contou com a presença do Ibama.

Plano econômico

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal de Goiás (RRF) deu parecer favorável à atualização do plano da Secretaria da Economia Ministro da Fazenda. A atualização inclui a exclusão da venda de 49% das ações da Saneago, empresa de abastecimento.

CENTRO-OESTE

Programa provê benefício a órfãos do feminicídio

Iniciativa do GDF atendeu 40 órfãos no primeiro mês



Divulgação/SMDF

Dependentes de vítimas tem direito ao benefício desde 2015

O programa Acolher Eles e Elas, da Secretaria da Mulher e do Distrito Federal (SMDF), é uma iniciativa que busca encontrar e identificar órfãos do feminicídio, para que eles possam receber um auxílio do governo. De acordo com a subsecretária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Maíra Castro, a estimativa é de que 363 menores de idade podem receber o benefício no DF. As histórias de mulheres vítimas de feminicídio repre-

sentam um problema social do país e uma mácula do sistema de segurança pública. Em 2022, 31% das mortes de mulheres ocorreram em decorrência do feminicídio, no Distrito Federal. Já em 2023, essa porcentagem saltou para 75%. Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A violência desse crime é agravada pelo fato de 59% das vítimas serem mães, de acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública.

No primeiro mês de atuação do programa, 40 crianças foram assistidas e aguardam a documentação para receber o benefício de um salário mínimo. “A intenção é que todos aqueles que precisam possam ser contemplados. Para aquelas famílias que já recebem algum crédito, ele não será cortado por conta do novo benefício, e todos os órfãos têm direito. Se a mãe foi vítima de feminicídio a partir de 2015 terão acesso”, explica Maíra.



Renato Araújo

Espécies plantadas serão identificadas com QR codes

Projeto Burle Marx planta 3 mil mudas

O Governo do Distrito Federal (GDF) iniciou o plantio de três mil mudas no Bosque dos Pinheiros, localizado no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek. A ação é coordenada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). A iniciativa traz um aspecto novo ao parque e beneficia os mais de 37 mil frequentadores do local, nos finais de semana, e as 14 mil pessoas que comparecem nos dias restantes. As mudas são de espécies nativas do Cerrado. A medida

faz parte das ações de recuperação do segundo maior parque urbano do mundo e resgata o projeto original do paisagista Roberto Burle Marx. A área irá receber exemplares de pau-brasil, acácia, ipê, bromélia, copaíba, jacarandá, palmeira e outras espécies. Em 2023, foram retirados do parque 1.628 pinheiros, que possuíam em média 27,7 metros de altura e geravam risco de queda. As árvores com prazo de 20 anos acumulavam 40 anos no local.

GOIÁS

Maior número de municípios com vacina da dengue

Goiás é o estado com o maior número de municípios que vão receber a vacina contra a dengue. São 5,2 milhões de vacinas que serão entregues em dez lotes ao longo do ano. Serão contemplados 134 municípios em Goiás, 115 na Bahia e 79 no Mato Grosso do Sul. Secretário de Saúde de Valparaíso de Goiás, região de Entorno do Distrito Federal, Neomar Camelo destaca a importância de um trabalho conjunto contra a doença. No entorno do do DF, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Águas Lindas e Cristalina vão receber o imunizante.

GOIÁS

PIB cresce 4,7% no acumulado de 12 meses

Com relação à variação acumulada no ano, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Goiás apresentou estimativa de 4,7%. Nessa análise, a agropecuária, a indústria e os serviços tiveram taxas estimadas em 12,5%, 1,2% e 3,1%, respectivamente. A variação acumulada nos últimos 12 meses foi de 4,8%, e todos os setores econômicos ficaram com crescimento positivo no período. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada área geográfica durante um período de tempo. O presidente do IMB, Erik Figueiredo, afirma que o PIB reflete o bom cenário econômico.

M. GROSSO DO SUL

Detran-MS inicia operação Lei Seca em Campo Grande

Agentes de Fiscalização de Trânsito do Detran-MS (Departamento Estadual de Trânsito) e policiais militares do BPMTran (Batalhão de Polícia Militar de Trânsito) iniciaram na quinta-feira (25) a operação “Lei Seca” em Campo Grande (MT) e Dourados (MT). A operação vai focar em pontos determinados pelas autoridades. O objetivo é reduzir a ocorrência de acidentes de trânsito envolvendo embriaguez ao volante e outras substâncias que alteram a capacidade cognitiva dos motoristas. Além disso, as equipes irão atuar na repressão de crimes. No primeiro dia de operação, foram abordados 125 veículos.

MATO GROSSO

MPMT cumpre 71% das metas de educação no estado

O Ministério Público do estado de Mato Grosso cumpriu 71% da meta da educação, para o ciclo de 2020 até 2023. O trabalho contou com a atuação de 30 promotorias de Justiça voltada à ampliação do acesso à creche para crianças de zero a três anos. Em Campo Grande (MT), o trabalho de autocomposição realizado pelo Promotoria de Justiça da Educação resultou na abertura de mais de 60 vagas em creches no ano de 2023. Em Sorriso, um plano de ação unificado entre o Município, Poder Judiciário e o Ministério Público estabelece a ampliação na oferta de vagas. Outros municípios também fizeram ações.

Ivani Lima foi uma das pessoas que recebeu a ligação da equipe do programa. Ela é avó de uma criança de dois anos que perdeu a mãe em decorrência do feminicídio. “Soube do programa em um dia e, no outro, antes mesmo de fazer a ligação, já entram em contato comigo. Essa iniciativa é muito boa. Vai ajudar a custear alimentação, fraldas e leite, por exemplo. Ficar no lugar de mãe é uma missão muito difícil, e ter esse auxílio vai nos dar a oportunidade de focar no crescimento da criança”, disse. A equipe do SMDF informa a família sobre o processo para a aquisição do benefício. Os responsáveis pelos órfãos devem agendar o atendimento na sede da secretaria, no anexo do Palácio do Buriti. Após a aprovação, os órfãos receberão um cartão-benefício pelo Banco de Brasília (BRB) em até 30 dias, na residência indicada. De acordo com o Perfil das mulheres vítimas de homicídio no Brasil, do estudo conduzido pelo Ministério da Saúde, estima-se que, em média, uma mulher assassinada deixa três filhos menores de idade. (Com informações do GDF)

Mato Grosso reformula lei sobre pesca ilegal

O governo do Mato Grosso pediu sete dias para reformular a lei que proíbe a pesca comercial por cinco anos. De acordo com o governador, Mauro Mendes, após uma análise, ficou claro que, caso continue em vigor, a lei irá prejudicar o orçamento de mais de 15 mil famílias.

A medida foi aprovada em 28 de junho e passou a valer já no primeiro dia do ano. Foram 15 votos favoráveis e oito contrários. Na quinta-feira (25), o governo do estado solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que fossem dados mais sete dias para reformular a proposta. O pedido foi feito durante uma audiência de conciliação. Agora, a proposta deve ser apresentada até o dia 31 de janeiro. Segundo Mauro Mendes, após as alterações os pescadores poderão continuar a exercer a profissão e, ao mesmo tempo, preservar algumas espécies importantes para o desenvolvi-

mento do turismo de pesca. O projeto é conhecido como “Transporte Zero” e proíbe transporte, armazenamento e comercialização de pescado por um período de cinco anos. Ficariam proibidas o transporte de 13 espécies da região — as demais poderiam ser transportadas. Segundo a justificativa do texto, a medida era necessária por causa do risco de extinção várias espécies nativas no estado. Além disso, a lei busca estimular o turismo de pesca esportiva. O Ministério da Pesca e Aquicultura se posicionou contra a proposta, por avaliar que a pesca artesanal seria prejudicada. De acordo com a pasta, a proposta privilegia apenas a pesca amadora e esportiva e representa uma infração à Lei da Pesca. A pasta também alega que a principal causa da morte as espécies nativas é a construção de usinas hidrelétricas.